

TRANSIÇÃO  Troca de comando

Bolsonaro abre caminho para transição e afirma que vai respeitar Constituição

— Presidente não contesta resultado eleitoral, vai ao Supremo e diz a ministros: ‘Acabou’; chefe da Casa Civil declara que governo está pronto para conversas com a equipe de Lula



Acompanhado de ministros do governo, Bolsonaro faz breve discurso após 44 horas de silêncio sobre resultado das urnas; presidente cita os 58 milhões de votos recebidos

BRASÍLIA

Após passar 44 horas e 29 minutos em silêncio, o presidente Jair Bolsonaro (PL) fez ontem o primeiro pronunciamento sobre o resultado eleitoral. Na curta fala, de dois minutos e 21 segundos, ele prometeu respeitar as regras da Constituição. Apesar de não reconhecer explicitamente a derrota, Bolsonaro abriu caminho para o início do processo de transição.

O ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, disse, depois do rápido pronunciamento do presidente, que, a partir de agora, o governo está pronto para o começo das conversas com a equipe do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Nas poucas frases que disse, sem direito a perguntas no Palácio da Alvorada, Bolsonaro chamou de “movimentos populares” as manifestações organizadas nos últimos dois dias por apoiadores mais radicais que defendem intervenção militar por causa da vitória do candidato petista. O presidente indicou apoiar protestos, desde que não haja bloqueios das rodovias.

“Os atuais movimentos populares são fruto de indignação e sentimento de injustiça de como se deu o processo eleitoral. As manifestações pacíficas sempre serão bem-vindas, mas os nossos métodos não podem ser os da esquerda, que sempre prejudicaram a população, como invasão de propriedades, destruição de patrimônio e cerceamento do direito de ir e vir”, disse.

Numa tarde chuvosa no Alvorada, residência oficial da família Bolsonaro terá de deixar até o dia 31 de dezembro, o presidente agradeceu pelos 58 milhões de votos que recebeu no segundo turno e exaltou o que chamou de surgimento “de verdade” da direita no cenário político. “Nossa robusta representação no Congresso mostra a força dos nossos valores.” Bolsonaro sustentou que, “enquanto presidente da República e cidadão”, continuará “cumprindo todos os mandamentos da nossa Constituição”.

TRANSIÇÃO. Encerrado o pronunciamento, foi a vez de Ciro Nogueira afastar qualquer dúvida sobre o destino político do País. “O presidente Jair Messias Bolsonaro autorizou a, quando fomos provocados, com base na lei, nós iniciarmos o processo de transição” disse o ministro. “A presidente do PT (Gleisi Hoffmann), segundo ela, em nome do presidente Lula, disse que na quinta-feira será formalizado o nome do vice-presidente Geraldo Alckmin. Aguardaremos que isso seja formalizado para cumprir a lei do nosso país.”

O discurso abreviado de Bolsonaro não foi resultado de insipiente pessoal ou improvisos de última hora. Ele foi pressionado pelo Centrão e também por militares a não esticar a crise e dar o resultado da eleição como caso encerrado. Como mostrou o **Estadão**, a cúpula das Forças Armadas já havia decidido que “quem ganhar leva”, sem embarcar no discurso

“Os atuais movimentos populares são fruto de indignação e sentimento de injustiça de como se deu o processo eleitoral. As manifestações pacíficas sempre serão bem-vindas, mas os nossos métodos não podem ser os da esquerda, que sempre prejudicaram a população, como destruição de patrimônio e cerceamento do direito de ir e vir”

Jair Bolsonaro
Presidente da República

“O presidente Jair Bolsonaro autorizou a, quando fomos provocados, com base na lei, nós iniciarmos o processo de transição”

Ciro Nogueira
Ministro-chefe da Casa Civil

de contestação do resultado.

Nas últimas horas, ministros e oficiais fizeram chegar ao presidente o risco de a situação do País se agravar com os bloqueios que chegaram a paralisar rodovias em 400 diferentes locais e de ele ser acusado de crime de responsabilidade por omissão.

Olíder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), afirmou que diversos aliados participaram da construção da nota lida pelo presidente. O texto vinha sendo trabalhado desde ontem. Ciro Nogueira, Fábio Faria (Comunicações) e Célio Faria Júnior (Secretaria de Governo da Presidência) contribuíram para o texto.

“Acho que está o suficiente para acalmar aqueles que estavam ansiosos pelo seu silêncio. O grande objetivo é esse. O presidente falou, autorizou a transição, vida que segue. Daqui a quatro anos tem eleição de novo”, disse Barros.

ACABOU. Como revelou o **Estadão**, ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) também vinham conversando com Bolsonaro sobre a necessidade de acelerar o reconhecimento do resultado das eleições. Mas recusaram um convite para conversar com ele na manhã de ontem. Só aceitarão o encontro após o presidente da República se pronunciar publicamente.

Tão logo Bolsonaro fez seu discurso, o tribunal tratou de emitir uma nota para dizer que reconhece a “importância do pronunciamento”. Destacou o fato de o presidente ter falado em “garantir o direito de ir e vir em relação aos bloqueios e, ao determinar o início da transição, reconhecer o resultado final das eleições”. Ato contínuo, Bolsonaro seguiu para o STF acompanhado do ministro da Economia, Paulo Guedes, onde se reuniu com sete dos 11 ministros da Corte por

mais de uma hora.

Segundo o ministro Edson Fachin, Bolsonaro disse que considera o tema resultado das eleições encerrado. “O presidente da República usou o verbo acabar no passado. Acabou. Portanto, olhar para a frente”, afirmou o ministro.

Duas horas após a primeira nota, o STF divulgou uma segunda manifestação em que os ministros reiteraram “a importância do reconhecimento pelo presidente da República do resultado final das eleições”. A nota diz que todos destacaram a importância “da paz e da harmonia para o bem do Brasil”.

O SILÊNCIO. As quase 45 horas do silêncio de Bolsonaro foram marcadas por queixas, xingamentos e inconformismo por parte do presidente e também por muitas negociações. Inconformado com a derrota no domingo e alegando perseguição do Judiciário para favorecer Lula, Bolsonaro se recusou várias vezes a desestimular as manifestações.

Aos interlocutores com quem conversou antes, ele disse que era vítima de “perseguição” por parte do Supremo e do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Alexandre de Moraes.

Bolsonaro chegou a chamar mais de uma vez Moraes de “canalha”, de acordo com relatos de três interlocutores. Ontem, o ministro estava presente na reunião do presidente no STF numa tentativa de apaziguar os ânimos. ● ANDRÉ BORGES, JULIA AFONSO, FELIPE FRAZÃO, WESLEY GALZÓ, DANIEL WETERMAN E LAURIBERTO POMPEU

Lula sinaliza ao centro político e escolhe Alckmin para coordenar conversas

Equipe de transição será chefiada por vice eleito; com definição, petista indica novo governo com partidos que lhe deram apoio

BEATRIZ BULLA
LUIZ VASSALLO
EDUARDO GAYER

Vice-presidente eleito, o ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSB), foi indicado ontem para assumir a coordenação da equipe de transição de governo. A escolha do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), sinaliza a montagem de um governo que contemple os diferentes partidos que ajudaram o petista durante a campanha eleitoral. A reação de integrantes do mercado financeiro ao nome de Alckmin foi positiva.

A presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann, e o ex-ministro Aloizio Mercadante também farão parte da equipe de transição. Ela irá cuidar a articulação política e ele, das questões programáticas e técnicas. Integrantes da equipe, que será dividida por áreas, serão indicados amanhã. Ao anunciar a escolha de Lula a jornalistas em São Paulo, Gleisi afirmou que Alckmin "tem mais do que legitimidade e poder político e

institucional para conduzir" o processo, que durará cerca de dois meses.

Em mensagem publicada ontem no Twitter, Alckmin agradeceu a Lula pela missão e disse que "o trabalho da nossa equipe será norteado pelos princípios de interesse público, colaboração, transparência, planejamento, agilidade e continuidade dos serviços."

A nova tarefa de Alckmin também reforça os indicativos de que ele assumirá uma vice-presidência turbinada, após desempenhar durante a campanha o papel de fiador do ex-presidente junto a grupos que divergem do PT. A união com Alckmin foi crucial para Lula conquistar apoio de nomes fora da esquerda e sinalizar aos eleitores que não nutre sentimento de revanchismo após a prisão no âmbito da Lava Jato. O perfil do vice fez com que personalidades públicas declarassem voto na "chapa Lula-Alckmin" - e não apenas no petista.

CENÁRIO. O acerto com o ex-adversário foi parte da estratégia de Lula também para governar. Ele assumirá a Presidência aos 77 anos, com o País politicamente dividido, um Congresso hostil, desafios econômicos e as instituições desgastadas, e tem dito que contará com a experiência política de Alckmin para a missão.



Alckmin, vice-presidente eleito: na campanha, ele fez a interlocução com economistas e empresários

O presidente eleito prometeu, durante a campanha, que o vice não terá papel decorativo em seu governo. Nos bastidores, petistas consideram que Alckmin pode acumular a vice com um ministério forte ou, no mínimo, liderar missões centrais. Uma delas será a negociação de uma nova legislação trabalhista, que tende a ser liderada pelo vice-presidente eleito, segundo Lula sugeriu na campanha.

Articulação
Lula prometeu que seu vice vai ter um papel relevante em seu terceiro governo

Alckmin chegará a Brasília depois de duas candidaturas frustradas à Presidência pelo PSDB. Em 2006, foi derrotado por Lula. Em 2018, não chegou ao segundo turno, que foi disputado pelo presidente Jair Bolsonaro (então no PSL) e por Fernando Haddad (PT).

Uma vez unido a Lula, Alckmin recebeu a incumbência

de ajudar a desarmar o espírito de atores econômicos, dialogar com a classe média, com o agronegócio e com setores de saúde, além de criar espaço para o avanço do PT no interior conservador do Estado de São Paulo e em cidades bolsanaristas em Minas Gerais.

Durante as viagens de campanha, Alckmin mantinha por telefone contato com importantes nomes da economia. Conseguir a adesão do ex-ministro da Fazenda do governo de Fernando Henrique Cardoso, Pedro Malan, foi uma das articulações mais duras encampadas pelo vice. Malan ainda guardava mágoas pelas referências de Lula ao que chamava de "herança maldita" na economia deixada em 2003 pelo PSDB, mas acabou declarando voto na chapa. O vice também ajudou a atrair Pêrsio Arida, um dos pais do Plano Real, além de uma lista de tucanos históricos.

Coube ainda a Alckmin a tarefa de buscar Simone Tebet (MDB-MS), candidata à Presidência no primeiro turno, antes do encontro da senadora

com Lula. Alckmin também fez acenos discretos ao presidente do MDB, Baleia Rossi, fiador da campanha de Simone. Em eventos com empresários, Alckmin passou a fazer referência a uma PEC de autoria do deputado quando falava em reforma tributária.

CHUCHU. O perfil discreto que rendeu a Alckmin o apelido pejorativo de "picolé de chuchu" em disputas passadas tornou-se um ativo político do vice para ajudar a atrair descontentes e indecisos durante uma eleição entre dois candidatos com alto índice de rejeição.

O ex-governador chegou a ser rejeitado por uma ala do PT e vaiado em um evento durante a pré-campanha. Em poucos meses, no entanto, reverteu o mal-estar a ponto de ser bem recebido ao subir em um palco montado no Armazém do Campo, local de venda de produtos do MST no centro de São Paulo. Ao fim da campanha, ouviu gritos carinhosos da militância que dizia, durante uma carreta, "chuchu no Jaburu" e "o chuchu é nosso".●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Pagina: 7 e 8